

cR

Centro
de Referência
Paulo Freire

**Este documento faz parte do acervo
do Centro de Referência Paulo Freire**

acervo.paulofreire.org



InstitutoPauloFreire

Ensino se volta para profissionalização

Folha Imagem

FERNANDO ROSSETTI

Da Reportagem Local

A principal transformação na rede municipal de ensino de São Paulo desde que Sólton Borges dos Reis assumiu sua direção foi de vocabulário: enquanto o discurso petista estava centrado na "autonomia" e "participação" — palavras associadas à "pedagogia libertadora" do educador Paulo Freire —, os documentos oficiais enfatizam agora a "educação para a responsabilidade".

Além da repentina escassez de alimentos para a merenda escolar no início do ano letivo, são esses documentos oficiais que têm gerado a maior controvérsia na rede. Eleito como vice-prefeito de Paulo Maluf pelo PTB e fundador do CPP (Centro do Professorado Paulista), Borges dos Reis, 75, afirma que está "trabalhando mais na direção da pessoa e não só do cidadão." O secretário anterior, Mario Sergio Cortella, 39, contrapõe: "Toda nossa preocupação foi em torno da formação da cidadania." De 1989 a 92, a rede aumentou o atendimento em 14,5% e atingiu seu nível mais baixo de evasão e repetência (5,4% e 12,3%, respectivamente).

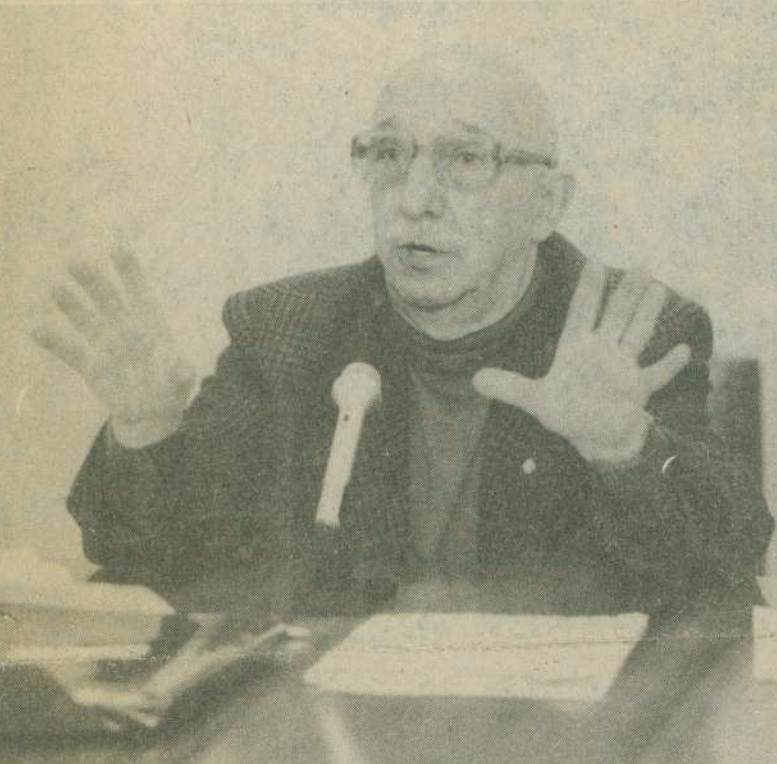
Na prática, a principal proposta até agora é a criação de Centros de Capacitação e Treinamento para os alunos de 6º a 8º ano do 1º grau. Foi inaugurado um esta semana, em São Miguel (zona norte), com cursos de mecânica, panificação e confeitaria e reparos em eletrodomésticos. "Vamos capacitar o aluno para o trabalho", diz Reis. Segundo ele, os cursos serão facultativos. Para o presidente do sindicato dos profissionais da rede, Claudio Gomes Fonseca, 42, "estão fazendo uma política pobre para pobres".

Por trás do debate ideológico está o principal resultado da "autonomia" e da "participação" anunciadas nos documentos da

gestão petista: a implantação, em 1992, do Regimento Comum das Escolas. Aprovado pelo Conselho Estadual de Educação, o Regimento aumentou o poder decisório dos conselhos de escola — formados paritariamente por pais, alunos, funcionários e professores —, propôs que cada instituição elabore seu plano escolar — o que leva a uma diferenciação interna na rede — e, além de mudar toda a sistemática de avaliação, estipulou que a reprovação só deve ocorrer após o 3º, 6º e 8º anos.

Até agora, essa que é a maior alteração no ensino da rede municipal nas últimas três décadas foi enfrentada com um conjunto de "questões estimuladoras", que objetiva, segundo o documento, a "análise e reflexão, por todos os segmentos, a respeito da realidade atual da educação de São Paulo". O membro do Conselho Estadual de Educação João Cardoso Palma Filho, 48, afirma que ficou "preocupado por não ter sido informado desse questionário em uma reunião recente com representantes da secretaria". "Achei as questões dirigidas. Pela forma como são formuladas, acredito que vão propor alterações no Regimento", afirma Palma.

A diretora de Orientação Técnica da secretaria, Kátia Issa Drugg, 43, nega qualquer intenção de alterar imediatamente o Regimento. "O objetivo do questionário é retomar a problematização nas escolas", afirma, usando um vocabulário ("problematização") comum na gestão petista. Segundo ela, os debates fornecerão subsídios para que os supervisores preencham fichas chamadas "referencial analítico da realidade local" por escola, que depois serão compiladas pelos 11 NAEs (Núcleos de Ação Educativa, as delegacias de ensino da rede), e no final vão formar um grande documento. "Não vamos impor nada", afirma Drugg.



O secretário da Educação Sólton Borges dos Reis

Sólton admite baixo investimento

Da Reportagem Local

Educação da Câmara Municipal chamou uma reunião com representantes da secretaria na semana passada: "Não é uma situação típica, e sim de transição", reconhece o presidente da comissão, Maurício Faria, 44.

Vereador pelo PT, Faria afirma estar preocupado com o baixo investimento da prefeitura no primeiro bimestre do ano em Educação. Reis admite que o investimento foi baixo, mas diz que a prefeitura ainda está ajustando o orçamento e que os 30% definidos em lei para a Educação estão garantidos.

Uma das áreas mais afetadas pelas mudanças do Estatuto do Magistério é a de supletivos, que ficaram com menos professores do que o necessário.

Apesar de as aulas terem começado há dois meses na rede de 700 escolas e 800 mil alunos, só esta semana é que o quadro de professores deve ser completado. A Secretaria Municipal de Educação selecionou no final de semana passado cerca de 800 professores concursados para preencherem as vagas. A rede tem 34 mil professores.

O problema foi causado pelo novo Estatuto do Magistério Municipal, aprovado no ano passado, que mudou a forma de atribuição de aulas. "Estamos nos empenhando para colocar os carros nos trilhos", afirma o secretário Sólton Borges dos Reis. Por causa desse problema, a Comissão de